

Concorrência Sesc em Minas n.º. 00024/24

ANEXO VI – MINUTA CONTRATUAL

Quadro resumo	Cessionária	
	Objeto	Cessão Onerosa de uso dos espaços de alimentação do Sesc Paracatu, para a exploração comercial dos serviços de lanchonete fornecimento de lanches para as atividades da Unidade.
	Vigência	12 (doze) meses
	Norma	Resolução Sesc 1.593/2024
	Valor Mensal	R\$ 904,30 (novecentos e quatro reais e trinta centavos).
	Valor Global	R\$ 10.851,60 (dez mil oitocentos e cinquenta e um reais e sessenta centavos).
	Percentual de desconto linear	

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO – ADMINISTRAÇÃO REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS, com sede na Rua dos Tupinambás, nº 956, Centro, Belo Horizonte, Minas Gerais, neste ato representado por seu(sua), , na qualidade de cedente e, do outro lado, inscrita no CNPJ sob o nº , com sede à , neste ato representada por , na qualidade de cessionária, **RESOLVEM** firmar o presente **CONTRATO**, decorrente da Concorrência Sesc em Minas n.º. 00021/24 nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos, consolidado pela Resolução do Conselho Nacional do Sesc nº 1.593/2024, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. Objeto

1.1. Cessão Onerosa de uso dos espaços de alimentação do Sesc Paracatu, para a exploração comercial dos serviços de lanchonete fornecimento de lanches para as atividades da Unidade.

1.2. São partes integrantes e indissociáveis deste instrumento, independentemente de transcrição, o Edital Concorrência Sesc em Minas n.º.



00024/24 e seus anexos, bem como a Proposta de Preços da cessionária e demais documentos do processo administrativo de contratação.

2. Obrigações do Cedente

2.1. São obrigações do cedente, além das eventualmente previstas no Edital e seus anexos:

- 2.1.1. Exercer ampla fiscalização sobre os serviços contratados;
- 2.1.2. Fornecer à cessionária as informações e a documentação técnica indispensável à execução do objeto contratado, assim como acesso ao local de prestação de serviços, se necessário;
- 2.1.3. Manifestar-se, em prazo razoável, sobre solicitações, cronogramas e questionamentos da cessionária, de forma a não prejudicar a execução do objeto.

3. Obrigações da Cessionária

3.1. São obrigações da cessionária, além das eventualmente previstas no Edital e seus anexos:

- 3.1.1. Observar todos os prazos, cláusulas e obrigações fixadas neste documento, no Edital e seus anexos, bem como as determinadas pela fiscalização;
- 3.1.2. Efetuar os pagamentos nas condições e preços contratados;
- 3.1.3. Credenciar e manter preposto para representá-la junto à cedente, a fim de tratar de todos os assuntos relativos à execução dos serviços;
- 3.1.4. Manter atualizados, junto à cedente, seus dados relativos a telefone, e-mail e endereço;
- 3.1.5. Aceitar a inspeção e fiscalização da cedente e responder, tempestivamente, aos seus questionamentos, prestando esclarecimentos, fornecendo documentos e participando de reuniões sempre que solicitado;
- 3.1.6. Designar equipe técnica composta por mão-de-obra especializada e qualificada em quantidade necessária a boa execução do objeto;
- 3.1.7. Corrigir, total ou parcialmente, às suas expensas, o serviço prestado com vício, defeito ou incorreção apontada pela fiscalização;
- 3.1.8. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de licitação;



3.1.9. Cumprir todas as obrigações legais, em especial as de natureza fiscal, ambiental, trabalhista e previdenciária que sejam de sua responsabilidade;

3.1.10. Responsabilizar-se por todas as medidas de segurança de seus empregados, prepostos e terceiros, garantindo, quando houver exigência legal para o serviço, que tenham realizado os treinamentos devidos e que façam uso dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC), podendo a cedente interromper os serviços, sob ônus da cessionária, caso verifique alguma irregularidade;

3.1.11. Indenizar a cedente e/ou terceiros pelos danos que lhes causar durante a execução do objeto;

3.1.12. excluir da equipe designada para a execução dos serviços pessoa que se comporte de maneira indevida, atue com negligência, imprudência, imperícia ou incompetência no desempenho de suas atribuições;

3.1.13. Submeter previamente, por escrito, ao cedente, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

3.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato e observar as determinações da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

3.2. O exercício pela cedente do direito de supervisionar, controlar e fiscalizar a execução do objeto não atenuará, reduzirá ou eximirá qualquer responsabilidade ou obrigação da cessionária.

4. Vigência

4.1. O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, prorrogável nos termos da Resolução do Sesc 1.593/24.

4.2. A prorrogação de prazo será formalizada, sendo exigidas, conforme o caso, a atualização da garantia contratual e dos seguros, se houver.

5. Subcontratação

5.1. Não será admitida a subcontratação dos serviços objeto deste contrato.

6. Valor da Cessão

6.1. A cessionária pagará ao cedente, pela cessão do espaço descrito no objeto, o valor mensal de R\$ 904,30 (novecentos e quatro reais e trinta centavos), até o



10º dia do mês subsequente ao uso dos espaços, totalizando o contrato o valor global estimado de R\$ 10.851,60 (dez mil oitocentos e cinquenta e um reais e sessenta centavos).

6.1.1. O não pagamento da importância devida no prazo previsto no presente Contrato sujeitará a cessionária ao pagamento da importância em atraso acrescida de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, e multa de 2% (dois por cento) sobre o montante do débito, atualizado pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, no período de atraso.

6.2. Nos termos da cláusula 18, do Anexo I – Termo de Referência, e seu anexo IV – Avaliação dos Serviços, os pagamentos da cessionária ao cedente estão sujeitos à ocorrência de acréscimos, de acordo com os indicadores de desempenho apurados pela fiscalização do contrato.

6.3. O valor da cessão referente ao último mês de vigência do contrato deverá ser quitado até o último dia de ocupação do espaço.

7. Do Fornecimento de Alimentação

7.1. O contratante pagará à contratada, após o recebimento da nota fiscal ou documento equivalente, que somente poderá ser emitida após cumpridas todas as exigências previstas neste instrumento e no Edital de Licitação e em seus anexos, com o devido atesto/aceite, o montante correspondente às refeições demandadas, aplicado o desconto linear de **XX** (porcento) incidente sobre os itens dos serviços efetivamente prestados, calculados conforme valores previstos no Anexo V, do Edital, referente a composição de custos, bem como Anexo VI - Proposta de Preços, desde que a fiscalização verifique a observância de todas as exigências previstas neste contrato, no Edital de Licitação e seus anexos.

8. Alterações contratuais e reajuste

8.1. Poderão ocorrer alterações contratuais por acordo entre as partes, desde que justificadas e formalizadas por Termo Aditivo.

8.1.1. O contrato poderá sofrer acréscimos de até 50% do seu valor global inicial atualizado, mediante justificativa.

8.1.2. Caso o contrato abarque mais de um lote, o valor considerado para fins de aplicação do percentual de acréscimo será o valor global inicial atualizado do lote no qual se pretende a alteração.



8.1.3. As supressões poderão ser realizadas nos limites estabelecidos entre as partes.

8.2. Em caso de alterações contratuais será exigida a complementação ou renovação da garantia e dos seguros, se houver.

8.3. Os preços da cessão e da Cesta de Produtos Básicos poderão ser reajustados após 12 (doze) meses contados da data da proposta, tendo como limite máximo a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, ou, no caso de sua exclusão, de outro índice que venha a substituí-lo.

8.4. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato poderá ser requerida pela cessionária ou pelo cedente em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, desde que gerem impacto relevante no ajuste firmado entre as partes, e inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado.

9. Suspensão dos serviços

9.1. O cedente tem a prerrogativa de suspender a execução do objeto deste contrato mediante comunicação formal à cessionária, a quem incumbirá a imediata paralisação.

9.2. A suspensão da execução dos serviços terá duração de até 120 (cento e vinte) dias, podendo ocorrer por interesse do cedente ou por determinação do Poder Público.

9.3. Quando da suspensão, o cedente poderá efetuar o pagamento dos serviços/etapas já realizados, nos termos do contrato, desde que recebidos pela fiscalização.

9.4. Não tendo a suspensão sido causada por culpa da cessionária, os prazos serão devolvidos quando da retomada dos serviços.

10. Sanções administrativas

10.1. É vedado à cessionária descumprir total ou parcialmente as obrigações assumidas, considerando-se descumprimento contratual, dentre outras, as seguintes condutas:

10.1.1. Não atendimento às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obras previstas nos documentos que integram a contratação.



10.1.2. Paralisação desautorizada ou atraso no fornecimento de bens, na prestação de serviços ou na execução de obra ou de suas etapas;

10.1.3. Entrega de mercadoria falsificada, furtada, roubada, receptada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso;

10.1.4. Alteração de qualidade ou quantidade dos serviços/produtos fornecidos;

10.1.5. Prestação de serviço em qualidade inferior ao pactuado;

10.1.6. Não quitação de débitos junto ao Sesc em Minas.

10.2. É igualmente vedado à cessionária a conduta ou omissão que configure inobservância à legislação vigente, à boa-fé objetiva, ou aos deveres anexos do contrato, tais quais a informação, fidelidade, respeito, probidade, cooperação e confiança.

10.3. Pelo inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas, a cedente poderá aplicar à cessionária, separadas ou cumulativamente, as seguintes sanções:

10.3.1. Multa moratória calculada no percentual de 0,33% ao dia, limitada a 10% sobre o valor do material, serviço, etapa ou marco contratual entregue em atraso;

- a. A multa moratória apurada será descontada diretamente do pagamento do serviço ou fornecimento entregue em atraso, independente de notificação prévia da cessionária e da aplicação das demais penalidades estipuladas nesta cláusula.
- b. Para fins de cálculo da multa moratória, a etapa de mobilização do contrato, quando prevista, terá seu valor correspondente a 10% do valor total do contrato.

10.3.2. Multa por inadimplemento parcial de até 10%, e por inadimplemento total de até 25% do valor do contrato ou do lote se o inadimplemento for limitado ao lote;

10.3.3. Rescisão unilateral por inadimplemento da cessionária;

10.3.4. Suspensão temporária do direito de licitar ou contratar com o cedente por prazo não superior a 03 (três) anos.

10.3.5. As hipóteses abaixo enumeradas ensejarão impedimento do direito de licitar e terão abrangência nacional, pelo prazo mínimo de 4 (quatro) e máximo de 6 (seis) anos:



- a. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida na execução do contrato;
- b. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

10.4. Identificado possível inadimplemento, a cedente notificará a cessionária, por e-mail, para contraditório no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

10.4.1. Esgotado o prazo da cessionária, com ou sem manifestação, a cedente elaborará relatório circunstanciado, que será encaminhado à Autoridade Competente do Sesc para decisão acerca da aplicação de penalidades.

10.4.2. A penalidade aplicável será justificada em cada caso, a partir de ponderação que levará em conta fatores como a proporção dos prejuízos causados ao Sesc em Minas, a gravidade da infração cometida, a natureza e motivação da conduta ou omissão, o caráter pedagógico e seu histórico de atuação junto à cedente.

10.5. A aplicação de uma penalidade mais grave independe da anterior aplicação de penalidade mais leve.

10.6. A aplicação das penalidades de rescisão por inadimplemento e suspensão do direito de licitar e contratar podem, mediante justificativa, quando houver quebra de confiança, levar à rescisão, pela cedente, dos demais contratos vigentes com a cessionária.

10.7. A aplicação de multa não impede a incidência de indenização suplementar caso os prejuízos sofridos pela cedente excedam o valor da multa fixada.

10.8. O valor da multa aplicada poderá ser retido dos pagamentos eventualmente devidos pelo cedente à cessionária e da garantia contratual prestada pela cessionária, quando houver.

11. Disposições finais

11.1. A cessionária não poderá caucionar ou utilizar o presente instrumento para qualquer operação financeira, nem transferir ou ceder os direitos e obrigações deste contrato, salvo mediante autorização prévia e expressa do cedente.

11.2. Fica vedada a emissão de duplicatas com base neste contrato, não se responsabilizando o cedente por seu pagamento.



11.3. A eventual abstenção do cedente do uso dos direitos a ele assegurados neste contrato ou a não aplicação de penalidades nele previstas, não será considerada novação ou renúncia.

11.4. Todos os entendimentos entre cedente e cessionária só terão validade se realizados por escrito.

11.5. O foro do presente Contrato é o da Comarca de Belo Horizonte/MG, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

Belo Horizonte, ____/____/____.

Cedente

NOME DA AUTORIDADE COMPETENTE
SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO –
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS

Cessionária

Nome do Responsável
NOME DA EMPRESA

Testemunha 1

Nome da Testemunha

Testemunha 2

Nome da Testemunha